



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LEANDRO GUIMARÃES RIBEIRO

**O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB – NEDESP: PRÁTICAS
INCLUSIVAS NOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**CAMPINA GRANDE
2017**

LEANDRO GUIMARÃES RIBEIRO

**O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB – NEDESP: PRÁTICAS
INCLUSIVAS NOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R484n Ribeiro, Leandro Guimarães
O núcleo de educação especial da Uepb - Nedesp [manuscrito]
: práticas inclusivas nos territórios da educação especial. / Leandro
Guimaraes Ribeiro. - 2017.
54 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão,
Departamento de História".

1. Educação Inclusiva. 2. Escola especial. 3.
Escolanovismo. 4. Escola tradicional. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

LEANDRO GUIMARÃES RIBEIRO

**O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB – NEDESP: PRÁTICAS
INCLUSIVAS NOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
História.

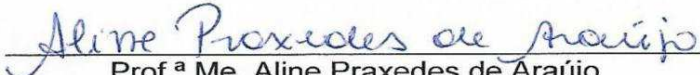
Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina
de Aragão Araújo

Aprovado em: 10/08/2014.

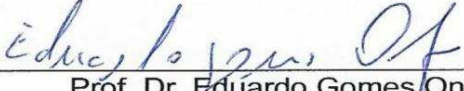
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Me. Aline Praxedes de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, pela compreensão, dedicação, companheirismo e suporte durante toda minha trajetória acadêmica, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado saúde e força para superar todas as dificuldades enfrentadas na minha trajetória.

Ao meu pai Marcos Antônio Ribeiro, minha mãe Josenira Guimarães Rosa e minha irmã Larissa Guimarães Ribeiro, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, vocês são uma das principais razões para a concretização deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão que desde o primeiro contato demonstrou seu carinho e entusiasmo para a realização desta pesquisa, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e paciência. Por me abrir as portas da sua casa sempre com um sorriso no rosto e pelas experiências adquiridas como monitor na disciplina de Estágio Supervisionado.

Ao Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre e a Prof.^a Ms. Aline Praxedes Araújo que gentilmente aceitaram fazer parte desta banca examinadora.

À todos que fazem parte da coordenação do curso de Licenciatura Plena em História, por seu empenho e dedicação.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da UEPB, que contribuíram ao longo de cinco anos, por meio das disciplinas e debates, para minha formação como historiador.

Aos companheiros do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local e do Projeto de Extensão no Lar do Garoto – PB. Em especial, aos professores Lúcia Freire e Flávio Carreiro por todo aprendizado em meio a ótimas conversas.

Aos funcionários de todas as áreas da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos companheiros de classe pelos momentos de amizade e apoio, em especial Alisson Wagner, Thiago Mello, Fláudio Soares e José Gonçalves.

À amiga Michelle Fialho por toda presteza e ajuda no decorrer do curso e na realização deste trabalho.

“Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito
bons. Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são os imprescindíveis.”

(Bertolt Brecht)

RESUMO

Desde a antiguidade até os dias atuais as pessoas com deficiência são objeto de preconceito no âmbito social e educacional. O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da efetivação da educação inclusiva para uma sociedade mais igualitária, com a proposta de apontar o percurso do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) da Universidade Estadual da Paraíba, tomando como referência sua atuação no ensino superior e na sociedade em geral. Reconhecendo os atos de exclusão e preconceito direcionados aos deficientes como uma prática cultural, buscamos refletir cultura a partir das considerações, principalmente, dos historiadores Sandra Pesavento e Peter Burke. Por meio de revisão bibliográfica amparada teoricamente pelas discussões da Nova História Cultural, buscamos entender como se deu o preconceito contra a deficiência ao longo do tempo, as consequências causadas por tais práticas e como o NEDESP surge como um referencial de busca pela garantia dos direitos do aluno deficiente no contexto do ensino superior no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; NEDESP; Ensino Superior.

ABSTRACT

From antiquity to the present-day people with disabilities are subject to social and educational prejudice. The objective of this work is to show the importance of the realization of inclusive education for a more egalitarian society, with the purpose of pointing the course of the Special Education Center (NEDESP) of the Universidade Estadual da Paraíba, taking as a reference their performance in higher education and in Society in general. Recognizing the acts of exclusion and prejudice directed to the disabled as a cultural practice, we seek to reflect culture through some considerations, mainly from the historians Sandra Pesavento and Peter Burke. Through a bibliographical revision and supported theoretically by the discussions of the New Cultural History, we seek to understand how the prejudice against disability has occurred over time, the consequences caused by such practices and how the NEDESP emerges as a referential of search for the guarantee of the disabled student's rights in the context of higher education in the 21st century.

KEY WORDS: Inclusive Education; NEDESP; Higher education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDUC	Centro de Educação
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEDESP	Núcleo de Educação Especial
ONU	Organização das Nações Unidas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1.	OS CAMINHOS DO DEBATE EM TORNO DA DEFICIÊNCIA.....	18
1.1	A deficiência e o percurso histórico: discussões a partir da Nova História Cultural	19
1.2	Avanços e retrocessos no debate sobre as pessoas com deficiência...	24
2.	ACESSO À EDUCAÇÃO: ENSINO SEGREGADOR DESDE A ESCOLA TRADICIONAL AO ESCOLANOVISMO	27
2.1	A educação especial: trajetos históricos e sociais da integração das pessoas com deficiência.	32
2.2	Educação Especial no Brasil: caminhos para a inclusão.....	34
3.	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB.....	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	49
	APÊNDICE.....	51

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a Educação Inclusiva vem ganhando um espaço crescente em meio às discussões educacionais contemporâneas, não apenas no que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, mas de forma primordial na própria formação docente. Considerando que o ambiente escolar pode ser tomado como um espaço de diversidade, a mediação construída entre docentes e discentes e pensada sob o viés da inclusão, torna-se essencial para as ações em torno do ensino-aprendizagem. Neste caso, o papel assumido pelo ensino superior será, especificamente, levado em consideração na medida em que este oportuniza a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas inclusivas entre a comunidade acadêmica, bem como na constituição e produção do conhecimento.

Pensando, pois, a respeito deste cenário somos levados a lançar olhares para os sujeitos e a realidade que os rodeiam, realidade esta construída com base na inclusão. Longe de terem todos os seus direitos respeitados, as pessoas com deficiência vivem em nossa sociedade diante de obstáculos e barreiras a serem superados, de diversas magnitudes.

Perceber esta realidade em que vivem as pessoas com deficiência é trazer para o campo educacional, maneiras de pensar nossa sensibilidade e valores e a empatia de se colocar no lugar do outro. Durante muito tempo estes sujeitos sociais foram ignorados, logo, torna-se importante ressaltar os direitos destas pessoas, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação, estes são garantidos por leis. Por exemplo, a lei 7853/89 que assegura a integração social e educacional das pessoas com deficiência e a lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino.

Deste modo, as instituições de ensino devem fornecer condições necessárias para acolher as pessoas com as variadas deficiências existentes, oferecendo-lhes atendimento especializado.

Infelizmente as discussões que envolvem as pessoas com deficiência e seus direitos, principalmente no Brasil, são recentes. Enfatizamos que desde a antiguidade

as pessoas com deficiência eram vistas com preconceitos por parte das pessoas que se consideravam “normais”. Historicamente, entretanto, percebe-se que, as limitações físicas que fossem detectadas pelo estado e/ou pela família, eram motivo de assassinatos de recém-nascidos. Este tipo de atitude pode ser exemplificada através de Esparta. Atualmente, mesmo sendo uma prática tida como inaceitável, é preciso analisar de acordo com o contexto da época.

No decorrer da história observou-se que em diversas sociedades, várias formas de preconceito, exclusão e exploração foram impostas, as pessoas deficientes permaneceram silenciadas socialmente, tanto a partir de atitudes da família, como por questões culturais, envolvidos na omissão de muitos e na indiferença de outros é que tais ações foram afloradas.

Por volta do século XIX os olhares sobre o tema começaram a tomar outros rumos, sendo observados por órgãos mundiais. Tal discussão passou a gerar debates, buscando garantir os direitos das pessoas com deficiência, embora que tardiamente, essa mudança seria essencial para a os rumos da sociedade que lentamente caminhou em direção à inclusão social. Nesta percepção, Omote (2004) nos diz que:

[...] as sociedades humanas vêm tornando-se progressivamente inclusivas há longos séculos. A história das conquistas humanas revela uma evolução inalcançável e inatingível para qualquer outra espécie animal (OMOTE, 2004, p.2).

No Brasil, observou-se que as discussões sobre a Educação Especial tiveram início ainda em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, mas só observam-se avanços mais significativos ainda mais tardiamente do que os países europeus, basicamente por volta de 1970. Contudo, só teve uma devida atenção a partir da declaração de Salamanca em 1994 que mostraria para todos a necessidade de uma educação especial, além de destacar a necessidade da inclusão educacional onde todos, independente de ter deficiência ou não, deveriam aprender juntos, convivendo no mesmo ambiente.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96, viria para consolidar este direito: a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, nas instituições públicas de ensino. Percebe-se, no entanto, que as discussões que

surgiram apontaram para uma educação especial separatista, onde os deficientes acabaram sendo excluídos do convívio com os demais alunos que não apresentavam a necessidade de receber atendimento especial.

Dentre tantos objetos já discutidos na academia, passamos a refletir, portanto, sobre tais questões. Este estudo tem como objetivo geral mostrar a importância do caminho a ser seguido em busca de uma educação inclusiva, onde os alunos com deficiência ou não, possam conviver e aprender juntos, como pessoas com igualdade de direitos que são continuando com os avanços já alcançados em busca de novas e mais ousadas metas. Nossa proposta é apresentar a trajetória do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) da UEPB, tendo por base o debate em torno das pessoas com deficiência em contextos educacionais, sobretudo, no ensino superior.

Entretanto, é importante destacar que apesar de avanços hoje ainda não podemos comemorar, pois ainda existe muito a se fazer. Apesar das leis, muitas instituições de ensino não oferecem serviços especializados, faltam estruturas e profissionais qualificados, além do preconceito que infelizmente ainda é muito presente na nossa sociedade e enraizado no imaginário social das pessoas.

No ensino superior, mais especificamente na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) a realidade não é diferente. De modo igual ao contexto nacional, é possível ver avanços consideráveis, mas ainda insuficientes. Grande parte dos avanços que a instituição teve pode ser atribuída ao surgimento do Núcleo de Educação Especial, com sede no campus I de Campina Grande fazendo parte do Departamento de Educação, que desde a sua fundação tem contribuído para o atendimento de alunos com deficiência e também da comunidade em geral.

Neste trabalho discutiremos sobre a história de fundação deste núcleo e enfatizando a importância do mesmo na inserção não apenas do debate, mas, sobretudo de mudanças na Universidade com relação ao trato e atuação com pessoas deficientes. Antes da fundação do Núcleo os alunos do ensino superior desta instituição não possuíam o devido atendimento especializado que necessitavam, além disso, devido à ausência de escolas regulares que abarcassem pessoas com deficiência, isso contribuía para o baixíssimo número de alunos com deficiência que

adentravam o ensino superior na instituição. Os poucos que conseguiam encontravam dificuldades semelhantes ou ainda maiores para permanecerem nos seus cursos.

Neste sentido, temos como objetivos específicos: discutir sobre a deficiência à luz da perspectiva histórico educacional elaborando a trajetória histórica da educação especial a nível internacional; investigar a história do Núcleo de Educação Especial no contexto da Universidade Estadual da Paraíba, chamando a atenção para sua atuação e para o desenvolvimento de práticas educacionais voltadas aos deficientes, assim como sua importância na acolhida dos alunos com deficiência dentro da Universidade, e também perceber qual a importância deste Núcleo a partir das ações de pessoas que fazem parte da sua história.

Com a percepção das necessidades encontradas pelos alunos com deficiência, apesar de apresentar algumas dificuldades iniciais principalmente no que diz respeito à questão estrutural, uma vez que não possuíam sequer uma sala própria para o atendimento aos alunos deficientes, o núcleo surge para tentar possibilitar uma assistência direta aos alunos cegos, surdos e que possuíssem outros tipos de deficiência.

Num contexto geral onde as pessoas com deficiência ainda são vistas pela população com olhares preconceituosos, enraizados a partir de antigas percepções equivocadas sobre a deficiência e sobre suas causas, iniciativas como a do Núcleo de Educação Especial da UEPB, devem ser observadas com atenção, assim como toda e qualquer medida que possibilite que a sociedade caminhe mais ainda em direção a um contexto de igualdade e inclusão de todos aqueles considerados diferentes. Buscando cada vez mais “introduzir o indivíduo com deficiência na sociedade, ajudando-o a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo do normal” (ARANHA, 2001, p. 15).

Alguns pontos podem ser considerados como motivação para a efetivação deste trabalho discutindo a educação inclusiva, e estes podem ser importantes para compreender o que será visto mais a frente. O primeiro deles considero o desejo por uma humanidade melhor na educação e por meio da educação: priorizando o que sempre aprendi, que acima de tudo devemos ter respeito por todos. Tendo também a

ideia de que esse desejo só pode ser realizado através da garantia do direito à educação para todos, pois:

O fato incontestável é que a afirmação do direito à educação, como um direito humano fundamental, estava associada ao reconhecimento das condições indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (GENTILLI, 2009, p. 6)

Este assunto passou a nos despertar bastante interesse a partir do envolvimento com o aprendizado da LIBRAS¹ em virtude da participação no curso de extensão em Libras disponibilizado pela instituição através do Departamento de Educação e o conseqüente contato mais direto com pessoas surdas, ao tentar a cada dia aprimorar o conhecimento nos vimos deslumbrados por essa nova língua. Assim nos aproximamos das discussões a respeito da educação inclusiva, que traz o viés da educação especial. Tal cenário nos trouxe a necessidade de responder novas questões que surgiram, não somente sobre a cultura surda, mas agora sobre a trajetória, dificuldades e conquistas das pessoas deficientes num contexto mais abrangente.

Como eixo problematizador deste trabalho, procuramos refletir a seguinte pergunta: como o Núcleo de Educação Especial da UEPB tem contribuído para o debate em torno da educação dos deficientes no contexto educacional? Esta é, portanto, a pergunta que norteou nossa investigação e direcionou nossas pesquisas.

Para esse propósito, buscamos fundamentação teórica para o nosso trabalho trazendo uma interface entre os campos da História Cultural e a História social trazendo a perspectiva da educação a partir dos estudos de PESAVENTO (2004), LEVI (1992), BURKE (1992), THOMPSON (1998), entre outros. Para subsidiar a pesquisa utilizaremos, também, a perspectiva da História Oral enquanto abordagem metodológica no sentido de perceber como os sujeitos sociais participantes do Núcleo elaboram sua percepção sobre ele. Considerando que esta abordagem seria a que melhor se encaixaria nas propostas apresentadas na presente pesquisa, a inserimos na investigação, pois, como ressalta Freitas (2006, p.78) a “Historia Oral abre os caminhos para a exploração da história local e de temas contemporâneos”.

¹ Língua Brasileira de Sinais, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela lei 10.436 é a língua utilizada pela maioria dos surdos brasileiros.

A História Oral apresenta-se como desenvolvedora de novas possibilidades para o historiador, proporcionando ao mesmo ampliar as fontes utilizadas no fazer historiográfico e mais do que isso, ela permite ao pesquisador adentrar na memória de quem à conta e compreender através da narrativa do sujeito a sua perspectiva em relação a determinados acontecimentos, locais e períodos históricos. A oralidade torna-se, portanto, uma via de acesso para a compreensão das representações e daquilo que o sujeito transmite. Pois, ainda de acordo com Freitas (2006):

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. (FREITAS, 2006. p.79).

Afirmamos a eminente relevância apresentada pela oralidade para o desenvolvimento deste estudo, onde a narrativa emerge oferecendo possíveis caminhos para a compreensão de uma dada realidade. Os relatos orais inserem-se em uma clara renovação metodológica para o pesquisador, abrindo múltiplas possibilidades dentro na narrativa. Neste trabalho utilizaremos a técnica da História Oral temática, que se desenvolve com base em um tema específico e já estabelecido de forma direta. Assim:

A História Oral temática preocupa-se, portanto, com temas específicos e busca, na versão do narrador/entrevistado, rememorar sua vivência, possibilitando investigar e analisar as experiências e as trajetórias. (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p 196).

Recorremos, neste caso, a entrevista semiestruturada com o intuito de identificar como o informante participante desta pesquisa, o professor Eduardo Gomes Onofre² da Universidade Estadual da Paraíba, discute sobre a trajetória do Núcleo, sua

² Possui graduação em Licenciatura e Formação Em Psicologia pelo Instituto Paraibano de Educação (1996) e mestrado em Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Doutor em Sociologia - Universidade de Strasbourg (França). Atualmente é professor na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB atuando tanto na graduação como na Pós-graduação (docente permanente do

importância e também seus desafios. Optou-se, pois, em uma abordagem que priorizasse a formulação de perguntas abertas, pois estas nos levam a uma compreensão mais ampla acerca das dinâmicas construídas no cerne do estudo. Tendo como lócus principal o NEDESP-UEPB, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fonte principal a entrevista realizada.

O desenvolvimento da pesquisa se deu inicialmente por meio da leitura de trabalhos relacionados à temática da educação especial e educação inclusiva, posteriormente a realização da entrevista e sua devida transcrição. Esses três momentos permitiram a construção da presente pesquisa, bem como também efetuou discussões a respeito das inquietações propostas, incluindo no campo das discussões historiográficas a Educação Inclusiva no espaço do ensino superior.

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo intitulado “OS CAMINHOS DO DEBATE EM TORNO DA DEFICIÊNCIA” busco discutir alguns pontos tomando por base as mudanças propugnadas pelo tempo Histórico e possibilitadas pelo campo da Nova História Cultural e sobre as pessoas com deficiência na história e o tratamento recebido por estas. No segundo capítulo que tem por título “ACESSO À EDUCAÇÃO: ENSINO SEGREGADOR DESDE A ESCOLA TRADICIONAL AO ESCOLANOVISMO.” refletimos acerca dos avanços no tratamento das deficiências e a criação das primeiras instituições especializadas dentro e fora do Brasil, além de observamos o surgimento de leis em favor dos deficientes e a busca pela inclusão nas instituições educacionais. Por fim, no terceiro capítulo “NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB” veremos como se deu o processo de criação do NEDESP e como através de iniciativas como a do Núcleo de Educação Especial da UEPB, a inclusão das pessoas deficientes nos espaços educacionais do ensino superior torna-se possível.

Considerando a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas no campo da Educação Inclusiva, especificamente, na perspectiva da educação especial, identificamos o presente trabalho e as reflexões aqui levantadas como essenciais para

Mestrado Ensino de Ciências e Educação Matemática). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - GEPEEPI. Coordenador do Núcleo de Educação Especial da Universidade Estadual da Paraíba.

lidar com o quadro que envolve a educação especial nas instituições educacionais do Brasil e, de modo especial, tomando como referência o Estado da Paraíba a partir da UEPB, tendo como referência o Núcleo de Educação Especial. É, pois, levantando questões tão pertinentes como estas, que estaremos lançando uma nova forma de se pensar a educação contemporânea, com vistas a inclusão de pessoas com necessidades especiais no espaço educacional.

1. OS CAMINHOS DO DEBATE EM TORNO DA DEFICIÊNCIA

Há muito tempo a sociedade tenta compreender de forma satisfatória o meio em que vivemos, como chegamos até aqui e para onde ainda vamos seguir. Não temos como pretensão neste capítulo passear por estas questões, mas sim, adentrar em um ponto específico: perceber como as pessoas com deficiência tem sido vistas pela sociedade ao longo do tempo?

Sabemos que cada época tem suas particularidades, é, pois, com esta certeza que entendemos a necessidade de olharmos para a forma com que as pessoas com deficiência foram tratadas socialmente através do tempo, para que assim possamos compreender a situação na qual estão inseridos na sociedade contemporânea.

O desenvolvimento dessas discussões direcionadas, sobretudo, à Educação Especial, enquadra-se em uma formação integral apta a um melhor direcionamento das ações docentes e discentes. Parece difícil, mas na verdade não é. Basta focalizarmos um olhar mais minucioso e perspicaz sobre o processo educacional. Pensar formas possíveis de ampliação das ações visando uma transformação inclusiva para orientar as práticas educativas, torna-se tarefa fundamental e essencial para uma proposta de um ensino adequado.

É evidente que a exclusão de pessoas com deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial, não é fruto do século XXI. Desde os primórdios da sociedade até onde se tem registro, é possível observar a forma como os mesmos eram vistos e tratados pelo restante da sociedade em seu cotidiano.

Nessa situação fica perceptível que a sociedade, em determinada época, se personalizava face às concepções e valores que se faziam presentes e que transformavam o espaço social em um cenário vulnerável a nutrir-se de discursos, que abarcavam em si sentidos de verdade no tocante às diferenças.

Esse imaginário tende a produzir, em torno da deficiência, a materialização de uma mentalidade negativa imposta como uma condição de 'superioridade'. Através desses marcos históricos passamos a traçar algumas constatações que são

encontradas também no processo educativo, o qual explicita o reconhecimento e a necessidade de um atendimento educacional especializado.

Mais do que uma escolha podemos dizer que estas práticas sociais, em relação às pessoas com deficiência, estavam enraizadas na sua cultura. O imaginário da sociedade ao longo do tempo esteve permeado de preconceito e rejeição direcionados as pessoas que possuísem algum tipo de diferença relacionada, tanto aos padrões estéticos como também físicos, sensoriais e intelectuais, que eram comuns em cada época.

1.1A deficiência e o percurso histórico: discussões a partir da Nova História Cultural

Estudos como estes tornaram-se possíveis em larga escala a partir do surgimento da chamada Nova História Cultural e posteriormente a Micro-História, por volta de 1970. Desde então seria dado ênfase a outros personagens históricos além daqueles encontrados nas altas classes sociais, elevando assim os estudos acerca da chamada história vista de baixo. Acredita-se que anteriormente os estudos históricos priorizavam a participação de determinados personagens em detrimento de outros.

Por muito tempo, como já relatado anteriormente, a historiografia buscou priorizar em suas narrativas figuras presentes nas classes sociais mais altas. Desta forma, o discurso histórico permanecia atrelado à propagação de uma escrita considerada oficial, a qual possibilitava a criação no imaginário social de “heróis” responsáveis por grandes benefícios à humanidade e, com isso, quase sempre excluindo a participação ou relatos sobre os fatos dos personagens das classes sociais mais baixas.

Com o surgimento da Escola do Annales³ vem à tona também a ideia de uma história total, onde qualquer sujeito pode tornar-se histórico, trazendo ao centro das

³ A corrente historiográfica conhecida como Escola dos Annales tem início em 1929 com a fundação da revista **Annales d'Histoire Économique et Sociale**. Sendo fundada por **Lucien Febvre** e **Marc Bloch**, tinha com o objetivo de romper com a produção historiográfica comum até então, propondo, entre outros pontos, uma vasta ampliação do que era considerado como fonte e uma história ampla onde todos tornam-se sujeitos da história.

discussões os sujeitos e fontes que até então eram marginalizados pela historiografia. Certamente a proposta de tal mudança enfrentaria a resistência daqueles que estavam acostumados com a, até então, forma comum de se produzir história. Segundo Burke (1992):

[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que “tal homem não tem história”. Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?”. (BURKE, 1992, Pag. 3)

Torna-se de extrema importância também destacar, como consequência dos rumos tomados pelas provocações trazidas pela Escola dos Annales, o surgimento da corrente historiográfica chamada de Micro-História. Tendo como principais nomes os historiadores Carlo Ginzburg e Geovani Levi. A perspectiva da Micro-História, basicamente, seria reduzir a escala de observação do objeto de estudo, podendo assim obter um resultado mais detalhado em sua análise.

Tal análise mais precisa pode trazer à luz fatores anteriormente não observados, pois como diz LEVI (1992, p.139): “O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. Assim, a partir de perspectivas antes excluídas das narrativas, passou a ser possível o levantamento de novas questões que passam a cooperar no entendimento macroscópico do objeto estudado.

Neste sentido, ressalta-se o interesse em inserir o estudo da história das pessoas com deficiência e sua trajetória histórica como uma possibilidade de, através da observação de uma parcela específica da sociedade, fazer com que possamos levantar questões que ajudem a compreender a sociedade de forma mais ampla. Partindo disto, propomos discutir à luz da Nova História Cultural o tratamento dado as

peessoas com deficiência ao longo do tempo e a importância de avançar cada vez mais em direção à inclusão no campo educacional.

Entendendo inicialmente que a exclusão das pessoas deficientes do convívio social evidencia-se enquanto uma prática enraizada no subconsciente popular, podemos dizer que a mesma torna-se, também, uma prática cultural. A palavra cultura é entendida como o conjunto de práticas, costumes e crenças de um povo e que é repassado no decorrer da história por seus indivíduos.

Para Thompson (1998) a cultura é transmitida oralmente através das gerações. Desta forma suas práticas e ideais são repassados de forma linear, como também acabam por ser espalhadas geograficamente por estes. O autor acreditava que a cultura, por sua vez, criava um determinado padrão a ser seguido por todos aqueles inseridos na mesma, aos que fugissem deste padrão cada sociedade, de forma consciente ou não, buscava meios pelos quais pudessem punir e/ou reprimir os seus “transgressores”.

Partindo desta concepção é possível olharmos objetivamente para a existência de um padrão físico e intelectual culturalmente criado pelas sociedades no decorrer da história de acordo com suas práticas e ensinamentos, onde todos os que fugissem deste padrão, como os deficientes físicos, sensoriais e intelectuais, seriam “punidos” pelas suas diferenças. Em cada localidade surgiam as diversas formas de repressão sobre os que consideravam diferentes.

Podemos considerar como “punição” a estas pessoas tomadas como diferentes, o seu afastamento do convívio social de forma a viverem as margens da sociedade, cada vez mais afastados do centro da sociedade as pessoas fora dos padrões eram subjugadas pelos “normais”. Para além das diferenças físicas, também eram colocados limites em todas as formas de crenças, tradições, posturas e pensamentos que fugissem da linha traçada pela cultura popular. Pesavento (2004) considera que:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por

meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2004, p 39).

Repensando o tempo histórico, somos levados a refletir as questões culturais alusivas à História Antiga, especificamente, questões presentes na sociedade espartana, por exemplo, uma cidade culturalmente militarista onde quase todos os seus costumes voltavam-se para a preparação física e militar dos seus habitantes.

Os espartanos, desde sua infância, eram preparados e educados neste sentido, o que possibilitou o desenvolvimento da política expansionista que formava a sua estrutura de poder. Neste sentido de busca pelo maior poderio militar possível, após o nascimento as crianças espartanas eram examinadas pelos mais velhos e estes decidiam se ele iria viver ou morrer. As que fossem fortes, robustas e saudáveis permaneceriam vivas, porém, as que possuíssem qualquer tipo de deficiência seriam mortas.

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere, Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte [...] (Silva, 1987, p. 105).

Medidas como estas eram tomadas em relação as crianças com deficiência na antiga sociedade espartana pelo fato de o estado acreditava que “não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (Licurgo de Plutarco apud Silva, 1987, p. 105).

Assim como em Esparta, na Roma antiga os moradores tinham permissão para sacrificar os bebês nascidos com algum tipo de deficiência. Mas estes sacrifícios não se efetivaram tão fortemente quanto em Esparta, geralmente a medida adotada era o abandono.

Crianças malformadas, doentias ou consideradas como anormais e monstruosas eram, no máximo, abandonadas em cestinhas enfeitadas com flores às margens do Tibre. E os escravos ou as pessoas empobrecidas que viviam de esmolas ficavam na espreita e atentos para eventualmente se apossarem dessas crianças, criando-as para mais tarde

servirem como meio de exploração do compadecido e por vezes muito culpado coração romano, obtendo esmolas volumosas. (Silva, 1987, p. 112).

Observando estas práticas, somos levados a entender que as motivações espartanas para realizá-las eram culturais, tornando-se assim algo comum no meio de seus moradores. A necessidade de manter vivas apenas as crianças que fossem consideradas saudáveis, era algo repassado no ensino dos mais velhos para os mais novos de tal forma que chegasse a atingir a normalidade. É importante observar também, contudo, que diferente dos nascidos com alguma deficiência, ao longo da história aqueles que perderam algum membro em guerra ou batalha eram considerados como heróis, e assim conseguiam permanecer vivos, apesar de apresentarem, também, necessidades especiais.

As narrativas que remontam a essa trajetória conduz-nos, ainda, a destacar o exemplo da civilização egípcia. Na história do antigo Egito identificamos relatos das formas de tratamento dadas às pessoas com algum tipo de limitação e suas ocupações. Inclusive, nos estudos dos restos mortais de faraós e nobres, nota-se que alguns apresentavam limitações físicas, como atrofia. Silva (1987) diz que:

[...] anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade (SILVA, 1987, p. 21).

Mesmo nas sociedades que não eram tão radicais a ponto de matar os bebês nascidos com deficiência, atitudes decorrentes em virtude de valores culturais, era comum a exclusão, o preconceito ou no mínimo a indiferença.

Desta forma, aqueles que conseguiam sobreviver de alguma forma, geralmente eram colocados às margens do restante da sociedade. Alguns mais “sortudos” conseguiam sobreviver na base do assistencialismo e piedade, aos demais sobrava submeter-se a mendicância. Também existem relatos de que as pessoas com deficiência por vezes eram submetidos à exploração para prostituição em tavernas e

bordéis e também para diversão dos mais ricos nos circos, em serviços simples e até humilhantes.

1.2 Avanços e retrocessos no debate sobre as pessoas com deficiência.

A mudança começa a ocorrer em boa parte da sociedade com o crescimento do cristianismo, pois segundo Gurgel (2007) o mesmo surge com a pregação do amor ao próximo e a caridade, visto que, por não serem inseridos na sociedade grande parte dos deficientes tornavam-se mendigos, sobreviviam das esmolas e de uma espécie assistencialismo oferecido pela igreja aos mais pobres.

Podemos afirmar, mesmo que não generalizando, pois não há como definir com exatidão todo o contexto histórico que cerca esta questão, que a atenção para os mais pobres e deficientes teve um crescimento junto com a propagação da doutrina cristianismo e o conseqüente surgimento das instituições de caridade.

Os cristãos passaram a propagar uma ideia de aproximação das classes sociais, sendo possível observar em algumas passagens bíblicas o próprio Jesus e seus discípulos incentivando seus seguidores a vender o que tinham e ajudar aos mais necessitados. Práticas como estas se tornaram mais frequentes, assim, juntamente com isso, voltavam-se mais olhares para os deficientes que em sua grande maioria estavam inseridos nas classes mais inferiores. Hospitais e instituições de caridade, geralmente mantidos pela igreja e pelas doações disponibilizavam assistência aos mais necessitados.

No período que conhecemos como idade média, as instituições de caridade ainda existiam sustentadas, em sua maioria, não somente pela igreja, mas pelos senhores proprietários de terras. O que mudou foi a forma como as pessoas com algum tipo de deficiência eram vistas, uma vez que considerava-se como castigos divinos e até como incorporação de demônios. A própria igreja enaltecia esses motivos, principalmente no período da inquisição. Segundo Garcia (2011):

As incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações congênitas eram considerados, quase sempre, como sinais da ira divina, taxados como “castigo de Deus”. A própria Igreja

Católica adota comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um “padrão de normalidade”, seja pelo aspecto físico ou por defenderem crenças alternativas, em particular no período da Inquisição nos séculos XI e XII. (GARCIA, 2011).

Decorrente desta visão que associava os sujeitos deficientes a uma condição estereotipada e dotada por aspectos demoníacos, os doentes e deficientes eram submetidos à prática do exorcismo para que os supostos maus espíritos que habitavam os seus corpos, causando tais malefícios, fossem retirados. Tal prática era realizada, principalmente, com as pessoas que apresentavam algum tipo de déficit intelectual, uma vez que estas eram consideradas como possuídas. Também era visto como castigo divino por algum erro cometido por antepassados.

Apesar dessas ideias serem vagas, tais discursos eram fundamentados pelo contexto histórico da época onde o divino e o sobrenatural eram utilizados para explicar quase todas as coisas, proporcionados pela falta de tecnologia e métodos que pudessem fornecer outra explicação para as frequentes questões que se deparavam.

Mudanças só viriam ocorrer nos próximos séculos com o Renascimento e a disseminação de pensamentos humanistas, onde a sociedade se desprenderia um pouco do divino e colocaria o próprio ser humano como sendo o centro do universo.

Pautando suas convicções com base na razão e na ciência através de métodos e experimentações e associando os ensinamentos do cristianismo com os escritos dos pensadores da antiguidade, é possível observar uma realidade diferente da que se apresentava até então. Essa mudança seria de extrema importância na sociedade, como afirma Silva (1987):

alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, é sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais (SILVA, 1987, p. 226).

No desenrolar das ideias do renascimento humanista as pessoas deficientes, lentamente, passaram também a serem vistas de forma mais acolhedora por parte da sociedade. A ideia da deficiência como castigo divino era sobreposta, a partir deste momento, pela ideia de naturalidade da diferença e a certeza de que estas pessoas

necessitavam de tratamento médico especializado, surgindo assim as primeiras iniciativas para a criação de locais específicos para este fim.

Nos séculos seguintes, apesar do preconceito ainda estar extremamente presente na sociedade, os avanços foram surgindo. De certa forma, podemos atribuir essas melhorias também aos avanços tecnológicos que possibilitaram melhores tratamentos e diagnósticos, assim como o aumento da propagação de informações e conhecimento para a população.

É importante destacar, como nos traz Garcia (2011), que a partir dos séculos XIX e XX a atenção às pessoas com deficiência teve um aumento substancial, principalmente, por conta do grande número de feridos pós-guerras que adquiriram algum tipo de limitação física como amputações e também de caráter psicológico.

Vistos como heróis por defenderem seus respectivos países nos conflitos, estas pessoas conseguiram atrair os olhos da população de forma menos negativa em relação à importância do tratamento de deficientes. Possibilitando também a criação e melhoria de centros de tratamento e reabilitação especializados, assim como ações políticas voltadas para este sentido.

2. ACESSO À EDUCAÇÃO: ENSINO SEGREGADOR DESDE A ESCOLA TRADICIONAL AO ESCOLANOVISMO.

Após os grandes rastros de destruição e trauma que foram deixados no mundo com o fim das duas grandes guerras, foi instituída em 1945 a ONU – Organização das Nações Unidas – com o objetivo de evitar novos conflitos devastadores entre as nações, além de buscar a resolução de problemas através de outros métodos que não fossem o poderio militar.

Desta forma reforçando o compromisso que havia assumido, iniciam a elaboração de uma garantia de direitos para todas as pessoas, sem distinções, em qualquer lugar do planeta. Assim, na assembleia geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948 em Paris, foi apresentada a declaração Universal dos Direitos Humanos.

É possível observar que assim como as pessoas com deficiência, outros grupos sociais chamados de minorias⁴, principalmente nos Estados Unidos, buscavam também se afirmar como cidadãos que possuíam direitos iguais a todos dentro da sociedade. Firmados, inclusive, no que diz o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. (ONU, 1948).

Através do desenvolvimento de tais movimentos sociais em busca da preservação de seus direitos, pressionando as lideranças e a camada dominante da sociedade da forma que podiam, pouco a pouco algumas conquistas passaram a surgir. Entre elas podemos mencionar a busca por parte dos governantes por iniciativas que pudessem atenuar os preconceitos sofridos pelas minorias em diversas áreas, entre elas a educacional, que inicialmente era pensada de forma a privilegiar as classes sociais mais altas.

⁴ Nesse contexto, minoria refere-se a grupos étnicos, de condição física diferente da considerada normal, religiosos ou qualquer outro aspecto que como diz Muniz Sodré representa “principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. (SODRÉ, 2005, p.11).

Em todo o mundo entendia-se que era necessário uma mudança neste aspecto em busca de um mundo mais moderno com o desenvolvimento do capitalismo e crescimento das indústrias e do comércio tornava-se cada vez mais indispensável a qualificação dos seus profissionais. Sendo assim, os meios encontrados para isso passavam pela massificação de uma escola pública gratuita e aberta para todas as classes sociais com o apoio das instituições governamentais. No Brasil não foi muito diferente.

A história da educação brasileira tem início ainda no período colonial através das escolas criadas por padres jesuítas no intuito do ensino e propagação da fé cristã. Porém, estas escolas de ensino primário, tornaram-se exclusivas das elites da época formadas pelas famílias dos colonos, enquanto as classes mais baixas eram instruídas com o necessário para serem catequizadas e utilizadas no trabalho.

Os filhos dos colonos que desejassem dar continuidade a sua formação eram encaminhados para Portugal onde adentravam à universidade. Já que, segundo Aranha (2005), os cursos de Letras, Filosofia, Teologia e Ciências Sagradas, implantados pelos jesuítas no Brasil, eram destinados apenas para a formação dos sacerdotes da companhia de Jesus.

Assim, com o surgimento do primeiro sistema educacional no Brasil, também tem início o processo de exclusão educacional que se perpetuaria por um longo período na nossa história. Mulheres, negros, deficientes e pobres ao longo do tempo teriam seu acesso à educação dificultado e limitado até o século XIX, momento no qual, o país passou por modificações para adequar-se ao que se esperava de um novo mundo, igualmente aos demais países.

A partir do processo de abertura do sistema educacional para todas as classes, o que incluiu maior acesso a educação e a passagem da responsabilidade do seu regimento da igreja para o estado, nota-se mais evidentemente o atrito entre as classes dominantes e o proletariado onde a primeira buscava afirmar ainda mais sua hegemonia e a segunda em busca de ascensão. Questão esta refletida, também, no campo teórico através da divergência entre socialismo e positivismo.

Diante de todas estas tensões e desdobramentos a escola se desenvolve. Inicialmente a chamada escola tradicional apresentava um modelo de educação

autoritário, onde os alunos apenas recebiam e decoravam aquilo que era passado pelos professores, os quais eram inquestionáveis. Na sala de aula os professores eram os detentores do saber e os alunos apenas figuras passivas que estavam naquele local para assimilar e reproduzir aquilo que lhes era passado.

Este modelo de educação priorizava a massificação do ensino sem levar em conta a individualidade de cada aluno. Com aulas expositivas e repetitivas objetivando a fixação sem nenhuma ligação com a prática, os alunos eram testados apenas através de provas onde deviam reproduzir aquilo que ouviam do seu professor. Os conteúdos utilizados eram absolutos, baseados também na formação moral do aluno até então receptor da tradição cultural vigente.

A impossibilidade de questionamentos e o aluno apenas como passivo receptor de informações desencorajava a busca por mudanças, o que permite as classes dominantes manter sua hegemonia⁵ na sociedade, tendo o Estado como meio para assegurar-se nesta posição. O filósofo Gramsci (2000) acredita que o Estado é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. (2000, p. 331). Ainda segundo o autor, torna-se normal que essa hegemonia seja refletida no âmbito político da sociedade:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2000, p. 41).

⁵ Hegemonia aqui encontra-se de acordo com a ótica de Gramsci, que a define como a capacidade de um grupo ou classe manter-se numa posição social e de poder superior as demais, conseguindo manter-se nessa condição de “dominadores” com a anuência espontânea dos “dominados”. Estes são levados a essa concordância através da aceitação inconsciente de um modelo cultural que se perpetua nestes moldes.

Este modelo educacional que garantia a superioridade hegemônica de uma classe sustentava a ação de excluir e desfavorecer as demais. Assim, as pessoas com deficiência mantinham-se fora do centro dos debates, não se dava espaço para a introdução dos mesmos nos sistema educacional nos moldes que se via.

A chamada Escola Nova, ou escolanovismo, que surgiu no fim do século XIX representa, caracteriza-se segundo Gadoti (2004), como o mais vigoroso movimento de renovação educacional depois da criação da escola pública burguesa. Propunha um rompimento com os modelos da época, onde o aluno passava a ser o centro do processo de aprendizagem, além de ligar a educação aos processos sociais. Neste caso, a escola surgia enquanto um âmbito diretamente relacionado ao desenvolvimento do indivíduo em meio a situações que propiciavam o aprendizado. É possível, portanto, pensar a educação com base nas mudanças significativas propagadas pelo movimento.

Desmistificando a ideia de alunos que só se apropriavam dos conhecimentos a partir da explicação do professor ou do livro didático, assumia-se um posicionamento no qual o papel do educador não se limitava à transmissão de conteúdos, mas na criação de um ambiente acolhedor, proporcionado pelo caráter social e educativo apresentado pelo espaço educacional. Logo, a escola deveria voltar-se para os desafios da sociedade contribuindo para o seu desenvolvimento. Com esta visão, formava-se a ideia de democratização educacional, ampliando o acesso de todos à escola. Sobre as mudanças propostas pela Escola Nova, Saviani (2008) diz que:

Compreende-se, então, que essa maneira [da Escola Nova] de entender a educação, por referência à pedagogia tradicional, tenha deslocado o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos e processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretívismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência e na lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma trata-se de uma vertente pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender. (SAVIANI, 2008, p. 9).

Ao trazer esta perspectiva para a discussão, compreendemos de forma mais clara a relação entre a subjetividade e os sujeitos em meio ao processo de renovação

educacional. Podemos dizer que as mudanças provocadas por esse movimento incutiram um novo patamar para a educação brasileira, a qual passou neste momento a vislumbrar um cenário pedagógico imerso em ideais progressistas. Por outro lado, apesar desta maior abertura proporcionada pelo movimento escolanovista, a exclusão das pessoas com deficiência ou que necessitavam de atendimento educacional especializado ainda era massificada no meio da sociedade.

Até o século XVIII, como já citado anteriormente, as únicas instituições que prestavam algum tipo de apoio direcionado as pessoas com deficiência eram as de caridade financiadas por parte da burguesia e pela igreja, em seguida, as poucas e modestas instituições médicas especializadas. Já no século XIX de acordo com Gugel (2011), a concepção da deficiência passa a sofrer constantes modificações, principalmente “devido à influência da filosofia humanista e o advento da Revolução Industrial”.

As discussões travadas ganham olhares mais minuciosos no ano subsequente. É somente a partir de século XX, que podemos observar os avanços mais consideráveis na aceitação da deficiência e de iniciativas educacionais voltadas para pessoas com alguma limitação. Segundo Jannuzzi (2004):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular [...] (JANNUZZI, 2004 p.34).

Pelos motivos já citados anteriormente, aliados com a escassez de mão de obra decorrente das guerras, a partir do século XX, segundo Mendes (1995), a sociedade passava a considerar que as pessoas com alguma deficiência poderiam ser produtivas desde que tivessem a devida instrução e treinamento. Assim iniciativas mais contundentes para que tivessem acesso à educação todas as classes e grupos, não só dos deficientes, passaram a ser tomadas.

Esse percurso pontua, portanto, que há uma necessidade primordial para atender as demandas do processo educacional, estimulando e orientando as novas experiências que se apresentam no espaço escolar. Percebe-se, com isso, a emergência de mudanças que se fazem sentir, de forma incisiva na própria prática docente, ocasionando uma adequação na mediação e aprendizagem do aluno diante das especificidades e necessidades apresentadas pelos sujeitos no cerne do processo educativo. Mudanças que não emergem enquanto novidades no atual contexto educacional, mas que apontam desde o final do século XIX com o advento da Escola Nova.

2.1 A educação especial: trajetórias históricas e sociais da integração dos deficientes.

Inicia-se, então, uma reflexão que abrange as constantes mudanças que circunscrevem, de forma decisiva, os caminhos para se abordar a Educação Especial, trazendo-a ao campo de estudo. Somente a partir de meados do século XX a questão da educação especial passa a figurar no centro dos debates dos intelectuais da época, sustentados pelo movimento de defesa dos direitos humanos que tornava-se cada vez maior no cenário mundial. A ideia era integrar as pessoas com deficiência na sociedade.

Com esta afirmação, consideramos importante neste momento ressaltar que existe diferença entre integração e inclusão das pessoas com deficiência. De acordo com o modelo de integração escolar, o aluno com deficiência é inserido na escola juntamente com qualquer outro aluno, sem que se leve em consideração a possibilidade de diferenças no processo de aprendizagem destes. Entretanto, consideramos que é de extrema importância o reconhecimento das diferenças para que o processo de ensino e aprendizagem possa ser efetivado, tendo o aluno deficiência ou não.

Já no processo de educação inclusiva a instituição deve reconhecer as diferenças existentes entre os seus alunos, com ou sem deficiência, e oferecer, na sala de aula regular, de acordo com a necessidade de cada um, os recursos necessários

para o processo de aprendizagem. Para Stainback e Stainback (1999, p. 21) “a educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”.

Assim, através do modelo de integração, a prática da segregação das pessoas com deficiência continuava ocorrendo da mesma forma, já que não se adaptavam à escola regular sem os recursos necessários para sua aprendizagem. Aranha (2000) nos diz que por volta de 1960 nos Estados Unidos houve um crescimento no número de escolas especiais, clínicas de habilitação, clubes sociais especiais e associações desportivas especiais.

Na continuidade do processo de integração, em todo o mundo a partir de 1970 foram realizadas convenções que possibilitaram a criação de leis em favor das pessoas com deficiência. Com isso, em 1975 é aprovada em assembleia geral da ONU a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esta buscava assegurar uma melhoria da vida destas pessoas. Nela destaco os seguintes trechos:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. [...] As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social. . (Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, ONU Resolução n.30/84, de 09/12/1975).

Outra iniciativa importante da ONU no processo de garantia dos direitos das pessoas com deficiência foi em 1981, denominado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o qual tinha como lema "Participação Plena e Igualdade". Esta foi importante para aumentar as discussões sobre a necessidade de unir o ensino especial com o regular.

A partir de iniciativas como estas, cada vez mais, a atenção dada à educação especial em todo o mundo, atingia um patamar considerável em busca de garantir que os deficientes fossem vistos como pessoas com direitos iguais, apesar de enfrentar muita resistência da sociedade marcada culturalmente com a exclusão. A ênfase desta questão se constrói por meio de um sistema educativo, principalmente associado à realidade dos indivíduos, apontando assim para espaços educativos mais amplos e por isso mesmo mais humanos. Tais discussões tem suscitado um avanço na percepção das experiências inclusivas.

Como consequência desta dinâmica há o aumento das discussões acerca da Educação Especial, o reconhecimento de um ambiente apto a atender as necessidades educacionais especiais e, principalmente a aceitação de um processo de escolarização que se faz alento para a compreensão da diferença humana.

2.2 Educação Especial no Brasil, caminhos para a inclusão.

Chamamos a atenção neste momento para o debate acerca das experiências desenvolvidas no contexto educacional brasileiro. No Brasil, assim como nos demais países, a atenção às pessoas com deficiência foi evoluindo durante a história a curtos passos, inicialmente com iniciativas privadas e de caridade que atendiam este público, até o século XX onde tem início as iniciativas públicas de acolhimento em busca de garantir os direitos iguais, surgindo assim as primeiras classes de educação especial, por volta de 1930. Nas décadas seguintes, apesar de um aparente entusiasmo pela temática, o Brasil não registrou avanços significativos, mas de igual modo a outros países contribuía para a segregação das pessoas deficientes.

Somente na década de 1980 podemos observar uma busca pela continuidade de melhorias na educação dos deficientes, influenciados pelas correntes oriundas do movimento de integração e normalização da Europa e dos Estados Unidos, as pessoas deficientes, seus familiares e defensores buscavam duas fundamentais conquistas: integração e direitos iguais (CANZIANI, 1995).

A partir de então começam a surgir uma série de leis e iniciativas que objetivavam assegurar a integração dos deficientes nas instituições educacionais

brasileiras como, por exemplo, a Constituição de 1988 que em seu artigo 208 assegurava como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, também a Lei federal nº 7.853/89 que reforça o apoio à integração dos deficientes e determina como crime recusar, suspender, adiar ou cancelar a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino público ou privado, podendo a pena variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

No cenário internacional a Declaração Mundial de Educação Para Todos de 1990 tem grande importância no incentivo a instituição de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Mas é em 1994 que é lançado um dos principais documentos que buscava à educação com vistas para a inclusão em lugar da integração, a Declaração de Salamanca, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, que proclama:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p.1).

Em decorrência, percebe-se um crescimento considerável dos movimentos pela educação inclusiva no cenário internacionalmente. O mesmo crescimento é identificado no Brasil, o qual não fica fora da busca por uma educação para todos e segue o roteiro em 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, de 1996), que responsabiliza o poder público brasileiro por garantir aos deficientes a matrícula na rede regular de ensino e o atendimento especializado necessário.

Apesar de ainda bastante defasado, percebemos que iniciativas como as citadas acima garantiram às pessoas deficientes a busca pelos seus direitos referentes à igualdade. Mesmo com o investimento e atenção ainda longe do necessário, tais mudanças possibilitaram que os sujeitos com deficiência ou que necessitam de algum

tipo de atendimento especializado pudessem vislumbrar um futuro melhor em uma sociedade cada vez menos segregadora.

Essas práticas trouxeram à tona, as potencialidades presentes na Educação Inclusiva, as quais dão ênfase à construção dos sujeitos em sua singularidade a partir das relações mantidas no espaço de formação acadêmica, bem como nas relações tecidas em sociedade. É fundamental, pois, reconhecer o pequeno, porém, forte espaço adquirido pela Educação Especial no âmbito do ensino, o qual introduz ainda as condições para que se pense o processo da inclusão.

Assim, a partir das considerações feitas até este momento, compreendemos que a história das pessoas com deficiência pelo mundo pode ser dividida a partir de três momentos. Sendo o primeiro deles o da exclusão, onde estas pessoas eram totalmente rejeitadas pela sociedade, submetidos à miséria, humilhação e até a morte. O segundo, o tempo da segregação, onde as pessoas com deficiência eram atendidas somente em instituições especiais, separados das demais pessoas. E o terceiro, o período da integração e inclusão, onde as pessoas deficientes passam a ser inseridos na escola regular junto com as demais pessoas.

Sob esta perspectiva, torna-se possível observar a forma como a educação se apresenta diante da transformação da ação educativa proposta a partir da inclusão. Tudo isso se constitui através das experiências inclusivas dentro e fora da sala de aula, seja na comunidade, no ensino regular ou no ensino superior, ampliando os conhecimentos e contribuindo para que esta atribua novos sentidos e valor ao conhecimento.

3. . NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE UEPB

Ao focalizar e problematizar o caminho trilhado pelas práticas educacionais em direção ao viés inclusivo, a presente reflexão se inscreve na história do Núcleo de Educação Especial da UEPB, bem como na relevância assumida por este no tocante à Educação Inclusiva. Essa proposição se caracteriza em virtude de pontuar as possibilidades de acesso e permanência dos alunos no ambiente acadêmico a partir de um recorte local que toma como base o ambiente de estudo do pesquisador.

Tendo seu advento no campus de Campina Grande no ano de 2003, devido as grandes dificuldades encontradas à época pelos alunos deficientes que faziam parte da instituição, o Núcleo sinaliza um importante papel no cenário acadêmico.

Segundo o professor Eduardo Gomes Onofre, membro fundador e coordenador do Núcleo durante 12 anos, estes alunos não possuíam até então nenhum tipo de assistência educacional especializada nem materiais pedagógicos que auxiliassem na aprendizagem. Logo, dependiam da ajuda dos colegas de sala que se dispusessem a cooperar de alguma forma.

E quando eu cheguei aqui não tinha um núcleo de educação especial, não tinha nem um espaço pra isso, era naquele CEDUC antigo do centro, aí eu disse caramba cadê o núcleo? Falei com o Gilson que foi meu aluno e eu perguntava: *“Gilson como é que você faz a prova aqui?”* E ele fala: *“Professor, é terrível, eu faço a prova oral, vem um funcionário da universidade lá e lê a prova pra mim e eu tenho que fazer a prova, as vezes a pessoa esta paciente outras não ta, fica batendo na mesa dizendo, olha já são 9 horas tenho que ir embora.”* Que ele estudava a noite. E ele ficava com vergonha de dizer assim: reformule essa resposta. Você pode ler de novo pra mim? Porque ele ficava com vergonha, com medo da pessoa se incomodar. Aí eu disse: *“Mas não pode, como é que ta sendo?”*. Aí ele disse: *“Não, uma amiga minha lê os livros pra mim e grava em...”* Isso na época era fita cassete [...] Mas então assim, eu falei cara não pode ser assim, e ele: *“As vezes ela quer gravar, as vezes não quer. Ela pede pra uma amiga se esta sobrecarregada”*. (Informação verbal)⁶

⁶ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

Haja vista todas estas dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência ao adentrarem no ensino superior e a certeza de que a situação não poderia continuar da forma que estava, foi elaborado o projeto de criação do Núcleo que iniciava aos poucos o seu trabalho. Com o apoio de monitores, o núcleo passou a realizar ações no sentido de contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem destes alunos, como nos diz Onofre (2017):

As monitoras, essas meninas eram guerreiras elas ficavam sem bolsa, e elas ficavam a tarde inteira pra não fechar o núcleo, a sala. E as outras vinham a noite, os alunos cegos iam lá nessa salinha pra elas gravarem em fita cassete os textos e estudarem com eles e uma delas sabia um pouco de LIBRAS [...]. (Informação verbal).⁷

Frente a este quadro, parece oportuno tomar as atividades do Núcleo enquanto uma considerável iniciativa no auxílio dos alunos com necessidades educacionais especiais que até então não possuíam um espaço como este. A partir desse ponto fundamental, uma flexibilidade se impõe às ações promovidas no intuito de mobilizar a aprendizagem com base em cenário inclusivo, de forma a inserir os alunos no processo a partir da potencialização das aptidões e especificidades.

Com seu surgimento em um contexto mundial de discussões acerca da Educação Inclusiva de uma forma nunca vista antes, este Núcleo buscou apoio dentro da própria instituição e aos poucos, com muita dedicação dos envolvidos na sua idealização, foi se desenvolvendo e se consolidando como uma mola propulsora da inclusão dos deficientes na UEPB.

Cada conquista alcançada foi comemorada como recompensa do esforço de seus membros, supondo claros avanços na constituição de um espaço mais inclusivo. Há que se registrar algumas dessas conquistas: uma sala para o funcionamento do Núcleo, a aquisição de uma impressora em braile pela instituição e computadores com sistema sonoro que possibilitam o seu uso por pessoas cegas ou com baixa visão. Logo, também é importante destacar a conquista do direito à bolsa de auxílio financeiro para

⁷ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

os membros do Núcleo através do Programa de Tutoria Especial como constatado na seguinte declaração:

Depois nos procuramos a Pró-Reitoria de Extensão, na época a Pró-Reitoria de Extensão era a professora Aparecida Carneiro não é, e a gente fala e exponho pra ela essa problemática, tudo, e eles desenvolvem um projeto chamado de tutoria especial, que é um projeto que vai dar bolsa, não é? [...] Então tinha como a gente ficar mais forte. O núcleo. (Informação verbal).⁸

Cada êxito possibilitou a melhoria na qualidade de aprendizagem dos alunos deficientes, tais melhorias proporcionam o bem estar do aluno deficiente no ambiente escolar amenizando a exclusão frequentemente sofrida pelos mesmos nos espaços educacionais, como é possível a partir da observação do seguinte trecho da Declaração de Salamanca (1994, p. 1):

[...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (Declaração de Salamanca, 1994, p.1).

Para compreender esse processo e, por conseguinte, as suas implicações no ensino, se faz necessário tratar o assunto a partir de um olhar que identifique os tímidos, porém, graduais avanços. Desde o seu início, a luta das pessoas com deficiência em busca de mais espaço na sociedade e nos ambientes educacionais contou com o apoio e parcerias, mesmo que inicialmente tenha sido de uma parcela muito pequena de pessoas.

De igual modo, o NEDESP da UEPB passa a contar com importantes parcerias, as quais possibilitaram seu desenvolvimento. Dentre estes parceiros destaco o Instituto

⁸ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

Benjamin Constant⁹, o IBC do Rio de Janeiro. A instituição potencializa uma expressiva atuação juntamente ao NEDESP fornecendo, desde a criação do Núcleo, materiais que auxiliam nas atividades como, por exemplo, livros impressos em Braille e também em áudio. Também é de extrema importância acentuar o convênio firmado com o INES¹⁰, Instituto Nacional de Educação dos Surdos, que sempre prestou auxílio no que diz respeito à educação dos surdos.

Como se pode constatar, o Núcleo e suas ações de fomento à uma Educação Inclusiva, seguem desempenhando papel importante na prática docente, especificamente, nos cursos de formação e, sobretudo, no que concerne ao cenário educacional Estadual. Trata-se de um desafio que se efetiva diariamente. É preciso, portanto, reafirmar sua atuação como uma referência expandida além do espaço de ensino superior, mas abrangendo toda a comunidade.

Apesar de sua criação objetivando o desenvolvimento de práticas educacionais em benefício dos alunos com deficiência na UEPB, o Núcleo de Educação Especial, assim como todos aqueles que trabalham com educação especial e inclusiva, reconhecem a necessidade de romper as barreiras que possam existir para oferecer melhorias para o maior número de pessoas possíveis.

Com esse entendimento, além dos alunos da instituição, o NEDESP oferece também serviços de atendimento especializado para alunos com deficiência das escolas regulares da comunidade em geral. Entre eles, alunos com síndrome de down, déficit intelectual e surdez.

Serviços como estes tornam-se possíveis através de parcerias que, assim como relatado anteriormente, são indispensáveis na busca do crescimento do atendimento à pessoa com deficiência e da ampliação dos debates sobre a educação inclusiva no viés da educação especial. Assim, sobre os serviços oferecidos à sociedade através de tais parcerias, Onofre (2017) relata:

⁹ Criado pelo imperador Dom Pedro II em 1854 sob o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi a primeira instituição brasileira a se dedicar especificamente aos cegos. Atualmente é referência nacional no que diz respeito a deficiência visual, além de escola também oferece cursos de capacitação na área da deficiência visual e dão suporte necessário as mais variadas instituições.

¹⁰ Também fundado pelo imperador Dom Pedro II, poucos anos após o IBC. É a primeira instituição brasileira da área, com sede no Rio de Janeiro é atualmente o órgão do Ministério da Educação referência em surdez.

Nós temos parceria com a secretaria de educação inclusiva de Campina Grande, uma parceria com a secretaria de educação inclusiva de Queimadas, então eles vem aqui para participar dos cursos com a gente, dos seminários. A gente também vai dar na formação de professores de Campina Grande vai lá dar palestras para eles também e agora nós vamos em Queimadas, a secretaria de Queimadas ligou querendo que a gente vá lá e a gente vai. Isso tudo é feito voluntariamente, extremamente voluntário é claro, tá entendendo? (Informação verbal).¹¹

Ainda sobre a importância da união em busca da inclusão das pessoas deficientes a Declaração de Salamanca (2004) diz que:

A realização do objetivo de uma educação bem-sucedida de crianças com necessidades educacionais especiais não constitui tarefa somente dos Ministérios de Educação e das escolas. Ela requer a cooperação das famílias e a mobilização das comunidades e de organizações voluntárias, assim como o apoio do público em geral. (Declaração de Salamanca, 1994, p.13).

Constrói-se, portanto, uma relação mútua entre a Universidade e a comunidade. A missão daqueles que se dedicam a educação especial com vistas para a educação inclusiva está além da assistência direta aos deficientes, pois consiste também na conscientização e preparação das pessoas não deficientes para acolherem e incluírem estes nos ambientes comuns, em especial no sistema educacional.

Com este objetivo, o Núcleo tem atuado na Universidade desde a sua fundação, oferecendo para a comunidade acadêmica em geral cursos e palestras que possibilitam aos participantes um contato mais direto com as discussões a respeito das pessoas deficientes e a inclusão.

Entre os cursos oferecidos estão: cursos de LIBRAS, Braille¹², como utilizar o soroban¹³ na sala de aula, origami e jogos matemáticos, além da própria disciplina de

¹¹ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

¹² Sistema de escrita e leitura tátil que é utilizado por pessoas cegas, tem esse nome por conta do seu criador Louis Braille. A escrita em Braille tem enorme importância, pois possibilitou aos cegos um maior acesso a informação, leitura e estudo.

LIBRAS obrigatória nos cursos de licenciatura desde o decreto nº 5.626, de 02 de Dezembro de 2005. O Núcleo também realiza oficinas, debates e palestras com os diversos temas relacionados à área da educação especial, que possibilitam a quebra de paradigmas relacionados às pessoas com deficiência, como é possível observar com base na informação relatada pelo professor Eduardo Onofre:

Então esses debates são importantíssimos até mesmo para quebrar essas barreiras, esses preconceitos, esses estigmas para com as pessoas com deficiência. Você vê que as pessoas com deficiência que chegam numa grande conquista tem uma família responsável que dá um apoio muito grande, até mesmo um professor, teve alguém na escola que incentivou mesmo. Porque a quantidade de deficientes que estão fora da escola é enorme, então esses debates vão ajudar a quebrar esses velhos estigmas, velhos paradigmas de que a pessoa com deficiência não é capaz. (Informação verbal)¹⁴

Todas essas iniciativas no ambiente educacional do ensino superior apontam para a necessidade da ampliação das discussões sobre a deficiência na formação docente. A perspectiva da inclusão prevê que os alunos deficientes possam frequentar os mesmos espaços de aprendizagem que a comunidade em geral, mas para que isso aconteça é necessário, além de um atendimento especializado, que o professor esteja preparado e familiarizado com o tema inclusão e a grande variedade de deficiências existentes.

A própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira de 1996 faz esta diferenciação entre os professores para atendimento educacional especializado e os que atuam nas classes comuns, como é possível identificar no artigo 59, o qual diz que deve ser assegurado aos alunos deficientes:

[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20/12/96, art. 59).

¹³ Nome dado ao ábaco japonês, consiste em um instrumento chinês utilizado para fazer cálculos. É utilizado também como recurso metodológico para o auxílio do ensino de matemática para pessoas cegas ou com baixa visão.

¹⁴ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

Deste modo, percebemos o quanto a atuação do NEDESP e de outras iniciativas semelhantes são importantes no processo de inclusão educacional dos deficientes, principalmente por agir diretamente relacionado à formação de professores. Discutir, hoje, a Educação inclusiva significa se debruçar, não apenas nos processos de formação docente, mas de forma incisiva nas discussões que provocam e incentivam ainda a formação continuada.

A essa reflexão, demonstrando a importância da garantia dos meios necessários para a inclusão das pessoas com deficiência, adiciona-se o conceito de acessibilidade. Observamos que Sasaki (2009) aborda acessibilidade em seis extensões:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009. p.10)

Todas estas dimensões da acessibilidade figuram com reconhecida importância dentro da perspectiva de inclusão, entretanto pretendo aqui me deter à acessibilidade que busca garantir a todos, seja uma pessoa deficiente ou não, o direito de se locomover com segurança dentro das edificações públicas e privadas, ou seja, acessibilidade arquitetônica.

Como já vem sendo exposto no decorrer deste trabalho, muitos avanços já foram alcançados no que diz respeito ao cenário educacional imerso no viés inclusivo, contudo ainda existe muito a ser feito. Dentre as mais variadas dificuldades enfrentadas pelas pessoas deficientes na sociedade uma se sobressai no impossibilitar do desenvolvimento da inclusão: as barreiras de acessibilidade.

Trata-se de uma clara experiência de mobilização política e também social. Sobre isso, cabe ressaltar: implantação de rampas para pessoas cadeirantes ou com dificuldades de locomoção, piso tátil para cegos, banheiros adaptados, cadeiras e mesas adaptadas. Estas são pequenas reformas e mudanças estruturais que fazem a diferença para o cotidiano dos deficientes nos ambiente por estes frequentados.

Esta foi também uma das bandeiras levantadas pelo NEDESP a partir da sua fundação: a busca por acessibilidade arquitetônica no que tange a melhoria no acolhimento tanto dos alunos quanto do público deficiente que transitam pelas dependências da Universidade Estadual da Paraíba.

A Constituição federal brasileira do ano de 1988 afirma que é dever da família da sociedade e do estado garantir para as pessoas deficientes “a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos” (BRASIL, 1988). Desta forma, compreendemos que instituições públicas, como a UEPB, tem como dever garantir acessibilidade arquitetônica para todas as pessoas, eliminando qualquer tipo de barreiras existentes, pois conforme postula Leite (2017):

A questão da acessibilidade é fundamental, pois sem ela a pessoa é privada de usufruir dos demais direitos fundamentais que lhe são conferidos como cidadão: direito à educação, saúde, ao trabalho, o lazer e outros. A acessibilidade funciona como instrumento, meio para utilização desses outros direitos (LEITE, 2007, p.174).

Em consonância com essa dimensão, nota-se uma significativa mudança nos espaços sociais e, de modo especial, nos ambientes de ensino-aprendizagem, corroborando assim para o acesso de todos os sujeitos. Vê-se, portanto, a relevância na discussão das políticas de acessibilidade intimamente ligada à perspectiva da Educação Inclusiva dentro e fora do cenário acadêmico, uma vez que abarcam possibilidades da implementação de ações em torno da adaptação dos alunos em sua realidade.

A busca dos membros do núcleo pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência que faziam parte do corpo discente da UEPB, ou aquelas que viessem a transitar pelo local, obteve relevantes resultados a partir da sua fundação. Embora que ainda nos dias de hoje existam inúmeras melhorias que ainda podem ser estabelecidas, é importante ressaltar que foi a partir do Núcleo de Educação Especial que tais mudanças começaram a surgir.

Assim compreendemos de forma mais clara como o NEDESP vem mudando, desde a sua fundação, os rumos tomados pela Universidade no que diz respeito à

assistência aos alunos com deficiência seja no processo de aprendizagem, convivência ou acessibilidade. Vemos exemplificada a importância da fundação do Núcleo nas palavras de Onofre (2017):

Extremamente importante por que foi o primeiro espaço de atendimento para os alunos com deficiência da UEPB, antes a UEPB não tinha nenhum espaço que atendesse os alunos com deficiência. É o espaço, é um lugar que vai dar visibilidade ao aluno com deficiência da UEPB, então hoje nós temos um espaço, um lugar onde a gente pode dar visibilidade para as pessoas com deficiência. Então você vê a história da UEPB em relação à criança com deficiência antes de 2002 é uma e depois de 2003, antes de 2003 é uma e depois de 2003 é outra. Então ele é super importante porque ele vai mostrar o primeiro espaço onde tem um atendimento educacional para os alunos com deficiência, então ele vai determinando muito isso. (Informação verbal).¹⁵

Lançar olhares para o NEDESP e, mais do que isso, trazer sua história para a escrita de um trabalho acadêmico reafirma a importância cada vez maior que a Educação Especial expõe na atualidade, retratando uma imensa valorização e reconhecimento diante da convivência e socialização com os sujeitos com deficiência. Sendo a educação o espaço vetor de realidades onde as singularidades são expressas e acolhidas, assim, é de se destacar a necessidade de contribuir no sentido de propiciar condições para um maior envolvimento dos discentes nas atividades oferecidas com base no enfoque inclusivo.

¹⁵ ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que abordamos neste trabalho, torna-se mais claro que a prática educativa apresenta-se, de fato, diante de uma diversidade que se faz presente no campo educacional. É precisamente por conta desse cenário diverso que é possível refletir sobre a Educação Inclusiva no ensino superior, trazendo tais discussões para a escrita acadêmica. Deve-se dizer, então, que o desenvolvimento deste estudo possibilitou a compreensão do percurso histórico traçado pelas pessoas com deficiência desde a antiguidade até os dias atuais, onde percebemos que o preconceito velado ou explícito sofrido por estas pessoas sempre esteve presente no imaginário e nas práticas sociais no mundo inteiro.

Percebe-se, hoje, que as representações acerca da inclusão assumem novos contornos, iniciativas e ações que permitem efetivar novos e importantes passos diante de uma educação que se torne verdadeiramente inclusiva. Deste modo, tornou-se possível o entendimento geral das dificuldades enfrentadas para a consolidação do processo de inclusão educacional das pessoas deficientes, assim como a relevância de atividades desenvolvidas pelo NEDESP-UEPB na perspectiva da formação de professores no ensino regular e na sociedade.

Não são poucos os estudos que abordam a educação inclusiva, mas entendemos que um tema de tamanha relevância para a sociedade pode e deve ter diversos olhares e análises diferentes. Quanto maiores as discussões sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, mais a sociedade pode caminhar em busca da extinção deste mal que vem atravessando os séculos, o preconceito. Neste sentido torna-se necessário rever os conceitos que são disseminados de forma latente no nosso dia-a-dia.

Observamos que parte dos avanços conquistados rumo à educação inclusiva se deve a variedade de acordos, Decretos e Leis que vem buscando a inserção da pessoa deficiente nos espaços comuns, sejam eles educacionais, esportivos ou de convívio social. Porém, ressaltamos que para além de inserir os deficientes nos mesmos espaços das outras pessoas, é essencial ainda proporcionar as condições necessárias

para quebrar as barreiras existentes tanto no âmbito da aprendizagem, como da acessibilidade e coexistência. Por este ângulo, entendemos a importância do fortalecimento da educação inclusiva como meio para a promoção de melhorias sociais para as pessoas com deficiência, seja ela da natureza que for.

Ao tomar como lócus de pesquisa o município de Campina Grande, mais especificamente, a Universidade Estadual da Paraíba, sinalizamos assim a nossa intenção de voltar os olhares para a realidade da educação inclusiva no Estado da Paraíba, mas de modo a estabelecer mútuos diálogos com outras realidades. E isto se concretizou à medida em que tomamos conhecimento do papel desempenhado pelo Núcleo de Educação Especial da instituição.

Em seus quatorze anos de existência, observamos o quanto são nítidas as conquistas alcançadas pelo Núcleo, avanços que corroboram de forma significativa na formação docente dentro e fora do espaço acadêmico. Entretanto, percebendo que ainda há muito o que se fazer no sentido da inclusão dos deficientes e na perspectiva da formação docente, o trabalho em busca de melhorias permanece constante no esforço daqueles que fazem parte do mesmo.

A esse respeito, parece oportuno destacar alguns indicadores que permitiram fundamentar nosso objetivo e reafirmar nossa discussão acerca dos avanços que ainda se tornam necessários. Essa busca de melhorias passa, portanto, pela implantação de mais disciplinas optativas de Educação Especial, a ampliação dos cursos de extensão oferecidos para a comunidade acadêmica, contratação de mais intérpretes da Língua de Sinais, aumento das oficinas e palestras promovidas pela instituição no sentido de incentivar os debates a respeito da deficiência no ambiente acadêmico, além de novas melhorias estruturais de forma que a Universidade esteja preparada para receber alunos com qualquer tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção. Portanto, torna-se essencial garantir a continuidade e ampliação das atividades desenvolvidas pelo NEDESP-UEPB, tendo em vista todos os avanços proporcionados desde a sua criação.

Há que se registrar a relevância do presente estudo e, bem mais que isso, elevar as atividades do Núcleo em sua parceria com a instituição universitária a qual pertence, enquanto medidas imprescindíveis no contexto educacional tanto do passado quanto do presente. Conhecida a importância do tema se torna necessário, principalmente aos

docentes em atividade ou em formação, o aprofundamento no sentido de conhecer as diversas deficiências que podem se deparar em sala de aula, assim como as metodologias, formas de comunicação e recursos que podem ser utilizados pelo professor em sala de aula para, assim, possibilitar que seu aluno deficiente sintá-se incluído no processo de ensino e aprendizagem de igual maneira aos demais alunos.

Interessante, assim, ver a importância que essas práticas assumem no contexto educacional, uma vez que se dinamizam novas formas metodológicas que auxiliam no fazer docente e na assimilação do conhecimento e aprendizagem, questões estas tão pertinentes dentro da academia. Permitimos aqui, assinalar as potencialidades atingidas, mas também as limitações ainda existentes nesse árduo trajeto que perfaz o processo de inclusão.

Por fim, demonstrada a relevância da educação inclusiva como foco de discussão entendemos que o nosso objetivo foi atingido ao observamos as mudanças alcançadas pelos deficientes ao longo da história no âmbito educacional e social através da luta pela garantia de Leis e direitos, da mesma maneira que evidenciamos a necessidade do surgimento de mais espaços como o NEDESP-UEPB que proporciona a propagação da educação inclusiva tanto para deficientes como para a comunidade em geral.

Trazer e refletir, pois, o ambiente da Educação Especial associando-a à área de atuação superior torna-se, eminentemente, relevante na medida em que insere mudanças na forma de pensar a educação brasileira, assegurando o desenvolvimento de uma aprendizagem eficaz e integral para o alunado.

Pensando nisso, essa importância torna-se visível quando lançamos olhares para as práticas e relações construídas dentro da sala de aula e, de forma mais geral, em sua relação com a comunidade. Pensar, pois, uma educação inclusiva significa reconhecer o “outro” como sujeito de sua individualidade e portadores de uma identidade cultural própria elevada a partir da ação educativa. E é, justamente, essa visão que o presente trabalho defende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- _____. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, v. 11, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.
- BURKE, P. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANZIANI, M. L. **Crianças Deficientes, Psicodiagnóstico. Educação**. Porto Alegre. 1995.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > acesso em 10 jul. 2017.
- FREITAS, S. M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**; 2. Ed. São Paulo: Humanitas, 2006.
- GADOTI, M. **História das ideias pedagógicas**; 8. ed. São Paulo; Cortez, 2004
- GARCIA, V. G. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. Disponível em > <http://www.bengalalegal.com/pcdmundial>> acesso em 05 abr. 2017.
- GENTILLI, P. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.109, p.1059-1079, set./dez. 2009.
- GRAMSCI, A. – **Cadernos do Cárcere** – volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GURGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 17 mar. 2017.
- JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados: Coleção Educação Contemporânea, 2004.
- LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em jul. 2017.

LEVI, G. **“Sobre a micro-história”** In: BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

OMOTE, S. (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. de. História Oral: Vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007, p. 191-201.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008. (Edição comemorativa).

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986.

SODRÉ, M. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICE

Entrevista Sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB.

Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro

Entrevistado: Professor Eduardo Gomes Onofre

Data da entrevista: Quarta-Feira 01 de fevereiro de 2017

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

1. Há quanto tempo atua no ensino superior discutindo a temática da Educação Especial?
2. Hoje em dia como é que o senhor analisa no Brasil as discussões em torno da educação especial?
3. O senhor já falou que existem avanços, principalmente no Brasil. Na sua opinião, como o senhor vê hoje em dia os debates sobre educação especial na universidade dentro da formação acadêmica ? E também a importância de ser discutido esse assunto.
4. Como surgiu a ideia da criação desse núcleo?
5. Professor, o senhor tem alguma noção de quantos professores e profissionais já passaram aqui pelo núcleo e foram atuantes nessa discussão? E como o Senhor analisa a importância deles na história do núcleo?
6. Já na parte dos alunos, como o senhor analisa a diferença que o núcleo fez na vida deles na educação e na aprendizagem desses alunos com deficiência?

Como o núcleo contribuiu para que eles tivessem uma melhor educação e formação?

7. Professor, na sua opinião qual a importância desse núcleo na história da UEPB enquanto instituição?
8. Quais as dificuldades que o núcleo passa ou já passou na sua opinião e quais tipos de ação a instituição poderia tomar para que isso fosse melhorado?
9. Atualmente na UEPB, como o núcleo tem atuado na formação docente, quais são as propostas que o núcleo tem feito e quais áreas tem atuado na formação docente na perspectiva inclusiva? Fazendo palestras? Fazendo cursos de extensão? Mini-curso? Como o núcleo tem atuado não só para os alunos deficientes, mas para toda a comunidade acadêmica?
10. A lei nº 10436 de 24 de abril de 2002 diz que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do distrito federal devem garantir a inclusão nos cursos de magistério, em seus níveis médio e superior do ensino da Língua Brasileira de Sinais como parte integrante dos parâmetros curriculares nacionais. Eu gostaria de saber se na sua opinião essa lei já está sendo aplicada do forma como deveria e como o senhor vê a importância desse ensino de LIBRAS na formação docente?
11. De que forma o núcleo tem contribuído dentro da UEPB para o crescimento do ensino de LIBRAS para os não surdos?
12. O senhor saberia dizer quantos alunos e professores surdos nós temos atualmente na UEPB?
13. O senhor acha que o ensino de LIBRAS que tem sido oferecido nas licenciaturas não só aqui na UEPB, mas também nas outras universidades tem sido suficiente?

14.O professor ele sai da formação já preparado para encontrar com um aluno surdo na sua sala de aula?

15.Então o senhor acredita que só a disciplina não tem sido suficiente?

16.Na sua opinião quais melhorias podiam ser feitas atualmente para que tivemos uma maior capacitação do professor em formação dentro da universidade para que ele já saia dessa graduação preparado para lidar com o aluno surdo e também que possua outro tipo de deficiência dentro da sala de aula